



Demonstrações Contábeis
31 de dezembro de 2021 e 2020
com Relatório dos Auditores Independentes



Fundação Hospital Maternidade São Camilo (FHMSC)

Demonstrações Contábeis

31 de dezembro de 2021 e 2020

Índice

Relatório dos Auditores independentes sobre as demonstrações contábeis	2
Demonstrações financeiras auditadas:	
Balanço patrimonial	6
Demonstração do resultado	7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstração dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Senhores Conselheiros e Administradores da
Fundação Hospital Maternidade São Camilo (FHMSC)
Rua Manoel Pereira Pinto, nº 300, Vila Rica
Aracruz - Es
Cep. 29.194-129

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da **Fundação Hospital Maternidade São Camilo (FHMSC)**, doravante denominada “FHMSC” ou “Fundação”, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado do exercício, dos fluxos de caixa e das mutações do patrimônio líquido para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações contábeis acima referidas não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Fundação Hospital Maternidade São Camilo (FHMSC)**, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas (NBC TG 1000 (R1) - “Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas”) e Interpretação Técnica ITG 2002 (R1) - “Entidade sem Finalidade de Lucros”.

Base para opinião com ressalva

- a) Conforme declaração expressa na nota explicativa nº 2, as Demonstrações Contábeis da Fundação foram elaboradas e estão sendo apresentadas *parcialmente* de acordo com a NBC TG 1.000 - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, aprovada pela Resolução nº 1.255/2009, e ITG 2002 (R1) – Entidade sem Finalidade de Lucros, emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), correspondente ao CPC PME. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira (Lei nº 6.404/1976) e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo CFC, incluindo a norma acima mencionada.
- b) Fomos designados como auditores da Fundação em 10 de março de 2022 e, portanto, não acompanhamos o inventário físico dos estoques em 31 de dezembro de 2021. Não foi possível nos satisfazerem por meios alternativos quanto à existência dos estoques naquela data. A ausência deste procedimento se constitui em limitação do escopo de nossos trabalhos e, portanto, não foi possível obtermos evidência de auditoria apropriada e suficiente que nos permitisse concluir pela adequação ou não do saldo de R\$ 996.956,01 de estoques contabilizado em 31 de dezembro de 2021.
- c) A Fundação não submeteu os seus ativos imobilizados ao teste de recuperabilidade em 2021. A ausência desse procedimento contraria os requerimentos da NBC TG 01 (R4) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, do Conselho Federal de Contabilidade, e a seção 27, da NBC TG 1000 (R1) – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas. Portanto, não foi possível obtermos evidência de auditoria apropriada e suficiente que

nos permitisse avaliar se o saldo de R\$ 25.605.610,72 do ativo imobilizado estava registrado nas demonstrações contábeis por valor superior ou não ao passível de recuperação pelo uso ou venda. Além disso, não se verifica evidência de que tenha inventariado aludidos bens para fins de elaboração das mencionadas demonstrações contábeis.

- d) Conforme divulgado na nota explicativa nº 22 e confirmado pelos nossos testes de auditoria, até o exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, a Fundação tinha por prática reconhecer diretamente no resultado, como receita, em contrapartida com o passivo, valores provenientes de doações e emendas parlamentares destinados a investimentos, na medida em que os recursos correspondentes eram gastos, não sendo possível se identificar o montante refletido nas demonstrações contábeis do referido exercício. Esse procedimento requer adequação para que possa se conformar aos critérios de reconhecimento estabelecidos no item 11, da Norma Contábil ITG 2002 (R1) – Entidade sem Finalidade de Lucros. De acordo com manifestação da administração da Fundação, isso será realizado a partir do exercício social iniciado em 1º de janeiro de 2022. Consequentemente, em 31 de dezembro de 2021, o passivo se apresentava subavaliado e o resultado e patrimônio líquido, superavaliados.
- e) Conforme nota explicativa nº 16, a Fundação é parte integrante em processos cíveis e trabalhistas. A entidade mantém um passivo contingente no montante de R\$ 2.222.160,77, sendo R\$ 1.672.160,77 relacionado à discussão de assuntos na esfera trabalhista e R\$ 550.000,00, na esfera cível. Todavia, de acordo com manifestação da sua assessoria jurídica, a entidade se acha envolvida em demandas judiciais nas esferas cível e trabalhista, no montante de R\$ 5.373.605,60, com prognóstico de provável perda, e R\$ 2.043.740,65, com prognóstico de possível perda. Para os casos cujo prognóstico foi classificado como sendo de provável perda, a assessoria jurídica completa que não quer dizer que esse valor será integralmente devido/pago pela entidade, pois as condenações poderão ser muito menores do que os valores postulados pelas partes requerentes.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Fundação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião adversa sobre as demonstrações contábeis.

Outros Assuntos

As demonstrações contábeis relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, cujos valores são apresentados para fins comparativos, foram auditadas por outros auditores, cujo relatório emitido em 29 de março de 2021 continha ressalva relacionada ao fato da entidade não ter procedido o teste de recuperabilidade sobre seus ativos imobilizados.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para

pequenas e médias empresas (NBC TG 1000 (R1) - “Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas”) e Interpretação Técnica ITG 2002 (R1) - “Entidade sem Finalidade de Lucros”, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Fundação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Fundação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Fundação são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da operadora. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas

conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a operadora a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Vitória (ES), 26 de abril de 2022.

D'AGOSTINI CONSULTORIA E AUDITORIA S/S
CRC-ES 002282/O

ASSINADO DIGITALMENTE
IDERALDO LUIZ AGOSTINHO DE MORAES
A conformidade com a assinatura pode ser verificada em:
<http://serpro.gov.br/assinador-digital>



Ideraldo Luiz A. de Moraes
Contador
CRC-ES 009503/O-0



SÃO CAMILO

Fundação Hospital Maternidade São Camilo (FHMSC)
Balanco Patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e 2020
Em reais

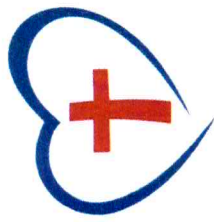
6

ATIVO	Nota	2021	2020	PASSIVO	Nota	2021	2020
Ativo circulante				Passivo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	4.727.460,53	4.030.334,37	Fornecedores	11	891.009,64	1.301.389,03
Contas a Receber	5	2.922.072,82	5.941.782,33	Obrigações trabalhistas e sociais	12	2.181.553,23	1.909.951,81
Estoques	6	996.956,01	1.249.050,68	Obrigações fiscais		149.657,22	92.020,39
Adiantamentos a funcionários e terceiros	7	127.685,21	86.675,26	Adiantamentos de Clientes		1.183.369,00	-
Outros créditos		276.836,14	78.584,10	Contas a pagar		220.482,44	307.735,36
Despesas de exercício seguinte	8	212.340,52	302.633,98	Empréstimos e financiamentos	15	1.583.904,71	4.816.964,28
		9.263.351,23	11.689.060,72	Serviços pessoa física e jurídica a pagar	13	4.931.405,17	5.891.501,89
				Recursos de Convênios em Execução	14	2.546.268,04	3.413.050,17
						13.687.649,45	17.732.612,93
Ativo não circulante				Passivo não circulante			
Ações e Integralizações		650,00	500,00	Empréstimo	15	9.961.992,11	3.086.951,24
Despesas de exercício seguinte	9	111.957,85	642.110,08	Financiamento	15	111.957,85	642.110,08
Depósitos judiciais	10	39.311,56	39.311,56	Provisão Contingência	16	2.222.160,77	2.222.160,77
Imobilizado		25.605.610,72	16.999.897,60			12.296.110,73	5.951.222,09
		25.757.530,13	17.681.819,24				
				Patrimônio Líquido	17		
				Ajuste de exercício anteriores		(444.449,15)	245.006,55
				Patrimônio social		3.043.149,27	3.043.149,27
				Superávit do exercício		6.438.421,06	2.398.889,12
						9.037.121,18	5.687.044,94
TOTAL DO ATIVO		35.020.881,36	29.370.879,96	TOTAL DO PASSIVO + PAT. LÍQUIDO		35.020.881,36	29.370.879,96



Fundação Hospital Maternidade São Camilo (FHMSC)
Demonstração de Resultado em 31 de dezembro de 2021 e 2020
Em reais

	2021	2020
Receitas estatutárias		
Recurso Federal	15.311.730,70	13.999.988,99
Recurso Estadual	5.087.083,60	4.747.022,36
Recurso Municipal	14.228.821,18	9.532.836,03
Clientes Particulares	628.935,83	449.918,46
Convênios Planos de Saúde	9.958.471,34	7.662.297,47
Outros Convênios e doações	10.414.566,21	13.443.133,77
Trabalho Voluntário	41.710,92	40.496,04
Glosas e Contestações	(225.976,18)	(692.821,16)
	<u>55.445.343,60</u>	<u>49.182.871,96</u>
Custo dos serviços prestados	(48.234.761,43)	(41.728.629,53)
Superavit bruto	7.210.582,17	7.454.242,43
Despesas (receitas) operacionais		
Administrativas e gerais	(3.077.411,59)	(2.759.600,03)
Trabalho Voluntário	(41.710,92)	(40.496,04)
Outras Receitas/Despesas Operacionais	(121.362,10)	(391.793,97)
Resultado antes da receitas e despesas financeiras	3.970.097,56	4.262.352,39
Receitas Financeiras	605.924,15	152.113,62
Despesas Financeiras	(781.496,32)	(339.173,37)
Superavit do exercício	3.794.525,39	4.075.292,64



SÃO CAMILO

Fundação Hospital Maternidade São Camilo (FHMSC)
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2021 e 2020
Em reais

	Patrimônio social	Ajuste Exercício Anteriores	Superavit (déficit) do exercício	Total do patrimônio líquido
Em 1º de janeiro de 2019	3.043.149,27	-	(571.900,62)	2.471.248,65
Transferência p/ Patrimônio Social	-	-	-	-
Ajustes de exercícios anteriores	-	502.682,70	502.682,70	502.682,70
Superávit/Déficit do exercício	-	-	(1.607.185,60)	(1.607.185,60)
Em 31 de dezembro de 2019	3.043.149,27	502.682,70	(1.676.403,52)	1.366.745,75
Transferência p/ Patrimônio Social	-	-	-	-
Ajustes de exercícios anteriores	-	245.006,55	245.006,55	245.006,55
Superávit/Déficit do exercício	-	-	4.075.292,64	4.075.292,64
Em 31 de dezembro de 2020	3.043.149,27	747.689,25	2.643.895,67	5.687.044,94
Transferência p/ Patrimônio Social	-	-	-	-
Ajustes de exercícios anteriores	-	(444.449,15)	(444.449,15)	(444.449,15)
Superávit/Déficit do exercício	-	-	3.794.525,39	3.794.525,39
Em 31 de dezembro de 2021	3.043.149,27	303.240,10	5.993.971,91	9.037.121,18

Fundação Hospital Maternidade São Camilo (FHMSC)
Demonstração dos Fluxos de Caixa em 31 de dezembro de 2021 e 2020
Em reais

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:		
SUPERÁVIT (DÉFICIT) DO PERÍODO	3.794.525,39	4.075.292,64
Superavit (Déficit) do Período	3.794.525,39	4.075.292,64
AJUSTES AO SUPERÁVIT (DÉFICIT)	971.838,08	1.167.033,43
Depreciações e Amortizações	(444.449,15)	922.026,88
Ajustes do exercícios anteriores	1.416.287,23	245.006,55
Superávit (Déficit) Ajustado	4.766.363,47	5.242.326,07
Variações em:	(8.771.096,44)	(258.768,97)
. Convênios	(3.019.709,51)	(1.747.975,93)
. Estoques	(252.094,67)	(729.696,83)
. Adiantamento a funcionários e terceiros	41.009,95	21.120,74
. Créditos de terceiros	198.252,04	-
. Outros créditos	(90.293,46)	(47.486,94)
. Despesas de exercícios seguintes	(3.122.835,65)	(120.307,93)
. Depósitos judiciais	-	-
. Despesas de exercício seguinte LP	(530.152,23)	(333.538,50)
. Fornecedores	(410.379,39)	388.819,00
. Obrigações trabalhistas e sociais	271.601,42	303.174,37
. Obrigações fiscais	57.636,83	(18.091,96)
. Contas a pagar	(87.252,92)	(24.225,36)
. Serviços de pessoa jurídica a pagar	(960.096,72)	2.228.178,31
. Recursos de Convênios em Execução	(866.782,13)	15.461,39
. Provisões contingências	-	(194.199,33)
CAIXA LÍQ. PROV./UTIL. DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(4.004.732,97)	4.983.557,10
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS:		
.Aquisições de imobilizado	(10.022.000,35)	(9.018.408,51)
.Doações Patrimoniais	-	(559.062,72)
.Baixa imobilizado	-	155.292,73
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO NAS ATIV. DE INVESTIMENTOS	(10.022.000,35)	(9.422.178,50)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS:	4.295.198,07	4.727.049,60
.Empréstimo e financiamento	(2.049.690,57)	2.462.490,41
.Empréstimos e financiamentos LP	6.344.888,64	2.264.559,19
REDUÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(9.731.535,25)	288.428,20
Início do Ano	4.030.334,37	3.741.906,17
Fim do Ano	4.727.460,53	4.030.334,37
REDUÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	697.126,16	288.428,20



Fundação Hospital Maternidade São Camilo (FHMSC)
Notas Explicativas em 31 de dezembro de 2021 e 2020
Em reais

1. Contexto operacional

A entidade é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, reconhecida e declarada como de utilidade pública, com prazo de duração por tempo indeterminado e foi constituída em 15 de abril de 1967, com sede própria na Rua Manoel Pereira Pinto, nº 300, Vila Rica, na cidade de Aracruz, Espírito Santo.

Seu objetivo social é o atendimento médico hospitalar à comunidade, sem distinção de cor, sexo, idade, raça, profissão, nacionalidade, estado civil, credo religioso ou político e condição econômico-social, através de convênios com o SUS, Prefeitura Municipal de Aracruz – PMA, Secretaria Estadual de Saúde – SESA, Operadoras de Planos de Saúde e outros.

Possui o Certificado de Entidade Beneficiária de Assistência Social na área da Saúde, concedido pela Secretária de Atenção a Saúde, órgão do Ministério da Saúde, através da Portaria nº 168, de 25/02/2021, com validade até 31 de dezembro de 2023.

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela administração da entidade em 14 de março de 2022.

2. Resumo das principais políticas contábeis

Declaração de conformidade e base de preparação

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas **parcialmente** de acordo com a NBC TG 1.000 (R1) - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), correspondente ao CPC PME, e ITG 2002 (R1) – Entidade sem Finalidade de Lucros. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira (Lei nº 6.404/1976) e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo CFC.

3. Principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas em detalhes abaixo, tem sido aplicada de maneira consistente a todos os períodos apresentados nestas demonstrações contábeis.

(a) Apuração do superávit (déficit)

O superávit (déficit) do exercício é apurado pelo regime de competência. As receitas são reconhecidas no resultado quando todos os riscos e benefícios significativos inerentes ao serviço são transferidos para o adquirente. Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa quanto à sua realização.

As receitas provenientes de recursos públicos, inclusive de emendas parlamentares, destinados a investimentos não transitam pelas contas de resultado.

**(b) Instrumentos financeiros**

A entidade adotou as disposições da Seção 11 da NBC TG 1000(R1) para fins de reconhecimento e mensuração de instrumentos financeiros. Os principais ativos e passivos financeiros reconhecidos pela entidade são: caixa e equivalentes de caixa, faturamentos e créditos a receber, contas a pagar a fornecedores, salários e encargos sociais e empréstimos e financiamentos. Tais instrumentos financeiros são avaliados ao custo amortizado considerando, quando aplicável, a taxa efetiva de juros.

(c) Ativos circulante e não circulante

Um ativo é reconhecido quando se trata de recurso controlado pela entidade, decorrente de eventos passados e do qual se estima que resultem benefícios econômicos futuros.

O saldo de caixa e equivalentes de caixa inclui dinheiro, em espécie, mantido na entidade e saldos de contas bancárias de livre movimentação.

O faturamento a receber é apresentado pelos valores líquidos de perdas previstas em sua realização, fundamentadas na análise individual da situação de cada contrato, conjugada com a avaliação dos consultores jurídicos da entidade acerca da possibilidade de realização dos créditos, quando aplicável.

Os depósitos judiciais representam recursos vinculados a ações em curso, podendo ter sido efetuados por determinação do respectivo juízo em garantia de futura execução e/ou como garantia para apresentação de recurso a instância superior. Tais valores encontram-se depositados em contas de poupança, porém o respectivo rendimento não é reconhecido contabilmente uma vez que, no deslinde do feito, o correspondente depósito pode ser consignado à parte adversa.

As apurações apresentadas são resultados dos custos de aquisições, deduzidos das cotas de depreciações. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas que levam em consideração a vida útil dos bens. As taxas de depreciações são as seguintes:

	<u>Taxa</u>
Prédios e Edificações	4%
Móveis e Utensílios, Instrumental Técnico Cirúrgico e Laboratorial	10%
Equipamentos de Comunicação; Máquinas Motores, Ferramentas ; Instalações	10%
Equipamentos de Processamento de Dados, Veículos	20%

Quanto ao Intangível as apurações apresentadas são resultados dos custos de aquisições, deduzidos das cotas de amortizações. As amortizações são calculadas com base em taxas que levam em consideração a vida útil, que neste caso é de 5 (cinco) anos, portanto a taxa de amortização é de 20%.



(d) Passivos circulante e não circulante

Um passivo é reconhecido quando a entidade possui uma obrigação legal ou constituída decorrente de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para a sua liquidação.

As provisões são registradas tendo por base as melhores estimativas da administração e de seus assessores legais quanto aos riscos envolvidos.

Os demais passivos são demonstrados por seus valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

(e) Regime especial de tributação

A Entidade está imune do pagamento de impostos e contribuições em decorrência de sua atividade notoriamente filantrópica, reconhecida através do Certificado mencionado na Nota nº 1, por atender aos requisitos contidos na Lei nº 12.101/09, Lei Complementar nº 187/21, do Decreto nº 7.237/10, e Portaria nº 3.355/10, assim como da alínea “c”, item VI, art. 150, da Constituição Federal e, também, alínea “c”, do item IV, art. 9º, do Código Tributário Nacional.

(f) Doações e subvenções

As doações e subvenções recebidas para custeio e investimento devem ser reconhecidas como receita no resultado, observado o disposto na NBC TG 07 – Subvenção e Assistência Governamentais.

(g) Provisões para contingências

A Entidade é parte em processos judiciais. As provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Os recursos da entidade foram aplicados em suas finalidades institucionais, de conformidade com seu Estatuto Social, demonstrados pelas suas Despesas e Investimentos Patrimoniais

4.1 Caixa Geral

	Em Reais	
	2021	2020
Fundo fixo de caixa	1.730,00	245,99
Caixa Particular	3.715,24	17.195,44
Caixa Fundo Fixo (Assoc. Vidas)	456,27	456,27
Caixa - Cartão de Crédito e Débito	150,00	150,00
	6.051,51	18.047,70

Banco Conta Movimento

	Em Reais	
	2021	2020
Bancos - sem restrições		
CEF (181-0)	96,89	-
Banco SICCOOB (41.847-1)	34,09	35.322,26
Banco Bradesco S/A (12.906-2)	1,00	1,00
	131,98	35.323,26
Bancos - com restrições		
Banco santander (290000085) Empr.	247.806,81	-
Banestes (28.416.626) SESA Bloco D	-	41,07
Banestes (30.109.185) SESA Equip.	-	14,93
	247.806,81	56,00

4.3 Aplicações Financeiras

	Em Reais	
	2021	2020
Aplicação Financeira - sem restrição		
Banco do Brasil S/A (88.016-7)	129.410,34	157.105,49
Banco do Brasil S/A (2.153.260)	13.233,40	243.721,77
Caixa Econômica Federal		-
Banco Santander (130008211)	10.873,31	33.572,28
Banco SICCOOB (41.847-1)	108.730,85	47.166,75
Banco Bradesco S/A (12.906-2)	721,72	4.563,04
	262.969,62	486.129,33
Aplicação Financeira - com restrição		
Banco do Brasil S/A	329.053,26	2.083.994,67
Banco Santander	50.000,00	-
Banco do Estado do Espírito Santo	2.031.724,93	547.456,24
Banco SICCOOB	1.548.699,08	-
Caixa Econômica Federal	-	859.327,17
	3.959.477,27	3.490.778,08



As demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021 contemplam um total de caixa e equivalentes de caixa no valor de R\$ 4.727.460,53 (2020: R\$ 4.030.334,37).

5. Contas a Receber

	Em Reais	
	2021	2020
Cientes Particulares	50.989,97	50.859,84
Plano de Saúde - UNIMED	775.810,91	533.609,99
Plano de Saúde - GOLDENCROSS	7.030,16	6.688,56
Plano de Saúde - SAMP	440.549,34	350.366,14
Plano de Saúde - BRADESCO	214.234,52	64.339,85
Plano de Saúde - SAÚDE CAIXA	5.578,70	8.935,33
Plano de Saúde - ARCELOR MITTAL	98,30	98,30
Plano de Saúde - PETROBRÁS	17.410,30	6.163,16
Plano de Saúde - SÃO BERNARDO SAÚDE	229.832,84	152.311,45
Plano de Saúde - C.V.R.D.(PASA)	251.513,06	69.099,70
Plano de Saúde - MEDSÊNIOR	96.231,67	188.357,65
Plano de Saúde - AMIL	16.505,33	168.072,28
Plano de Saúde - PORTAL SAÚDE	4.078,35	16.271,79
Outros Convênios	73.246,28	1.451.532,06
SUS (Contratualização - Recurso Federal)	197.011,01	817.189,99
Contratualização - Recurso Municipal	3.850.363,49	2.449.847,00
PECLD	(3.308.411,41)	(391.960,76)
	2.922.072,82	5.941.782,33

PECLD – Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa – São representados por valores a receber, cujos vencimentos ultrapassam mais de 06 (seis) meses. As demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021 contemplam perdas na realização de créditos de R\$ 3.308.411,41 (2020: R\$ 391.360,76), referente a Recursos de Glosas e outros clientes que receberam a prestação dos serviços médicos e ambulatoriais

6. Estoques

Os estoques são compostos por materiais hospitalares e medicamentos e avaliados ao custo médio de aquisição, não excedendo o seu valor de mercado. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela administração.

	Em Reais	
	2021	2020
Estbques	996.956,01	1.249.050,68
	996.956,01	1.249.050,68

7. Adiantamentos a funcionários e terceiros

	Em Reais	
	2021	2020
Antecipações de Salários	1.840,78	709,34
Antecipações de Férias	95.689,44	51.521,09
Adiantamento Func. (Farmácia)	270,94	-
Rescisões a Compensar	-	7.911,14
Adiantamento de Vale Transporte	14.534,89	13.138,41
Adiantamento de Plano de Saúde	10.346,00	11.328,48
Adiantº de Plano Odontológico	5.003,16	2.066,80
	127.685,21	86.675,26

8. Despesas do exercício seguinte (Ativo Circulante)

Representada, basicamente, por assinaturas e anuidade, juros pagos antecipadamente que são diferidas pelos prazos dos contratos ou documentos hábeis. Representam valores cujos benefícios serão usufruídos também no decorrer do exercício seguinte, respeitando o princípio da competência

	Em Reais	
	2021	2020
Assinaturas e Anuidades a Apropriar	1.910,00	1.785,00
Juros a Apropriar	210.430,52	300.848,98
	212.340,52	302.633,98

9. Despesas do exercício seguinte (Ativo Não Circulante)

	Em Reais	
	2021	2020
Juros a Apropriar	111.957,85	642.110,08
	111.957,85	642.110,08



10. Imobilizado

A movimentação em 2021 do imobilizado tangível e da depreciação acumulada pode ser assim demonstrada:

CONTA	Custo	Depreciação Acumulada	Baixa Depreciação	Adições	Baixas	Transferências	Em 31 de dezembro de 2021	Em 31 de dezembro de 2020
Terrenos	167.689,41	-	-	-	-	-	167.689,41	167.689,41
Edificações	4.484.023,01	1.756.448,36	-	1.612.742,43	-	-	2.727.574,65	2.856.932,45
Equip. de Process. de dados	573.872,70	447.782,73	-	68.312,00	-	-	194.401,97	204.835,27
Móveis e Utensílios	2.033.178,03	1.044.827,05	-	28.514,45	-	-	1.016.865,43	1.148.309,82
Veículos	-	-	-	-	-	-	-	-
Intru. Téc. Cirúrgico e lab.	9.743.014,85	3.933.463,89	-	1.995.436,68	-	-	7.804.987,64	6.715.804,99
Equip. de Comunic.	26.141,38	9.260,04	-	1.199,00	-	-	18.080,34	19.022,41
Máq. Mot. e Ferramentas	1.167.021,88	483.870,45	-	113.950,00	-	-	797.101,43	782.337,33
Instalações	772.477,47	535.211,72	-	1.750,00	-	-	239.015,75	268.621,26
Linhas Tel. software	5.325,89	-	-	-	-	-	5.325,89	5.325,89
	89.710,36	40.355,69	-	580.007,37	-	-	629.362,04	58.643,45
Imobilizado em andam.	4.772.375,32	-	-	7.232.830,85	-	-	12.005.206,17	4.772.375,32
Total	23.834.830,30	8.251.219,93	-	10.022.000,35	-	-	25.605.610,72	16.999.897,60

(Handwritten signatures)

11. Fornecedores

Refere-se às obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal das atividades, sendo classificadas como passivos circulantes. A liquidação de tais obrigações está escalonada para o curto prazo.

	Em Reais	
	2021	2020
Fornecedores diversos	791.254,22	1.301.389,03
	791.254,22	1.301.389,03

12. Salários e encargos sociais

	Em Reais	
	2021	2020
Contribuição Sindical a Recolher	132,21	242,40
PIS/COFINS/CSLL a Recolher	59.794,71	27.252,54
Ordenados e Salários a Pagar	719.899,32	596.009,66
INSS a Recolher	68.255,45	99.826,47
FGTS a Recolher	185.911,86	133.046,93
Pensão Alimentícia	1.106,75	1.206,34
Rescisões a Pagar	3.753,19	14.184,98
Provisões Trabalhistas	1.142.699,74	1.038.182,49
	2.181.553,23	1.909.951,81

13. Serviços pessoa física e jurídica a pagar

	Em Reais	
	2021	2020
Honorários a Pagar	1.693.281,65	2.355.552,69
Serviços P. Física a Pagar	2.500,00	2.500,00
Serviços P. Jurídica a Pagar	1.598.904,09	732.017,96
PMA - Urgência/Emergência	1.341.992,83	2.134.457,03
PMA - Internações SUS (AIH)	142.414,18	417.767,28
PMA - Complementação Cirurgias Eletivas	152.312,42	249.206,93
	4.931.405,17	5.891.501,89



14. Recursos de convênios em execução

Os contratos públicos de gestão são reconhecidos no ativo em contrapartida do passivo. São realizados no ativo quando de seu recebimento e liquidados do passivo quando da execução dos serviços prestados, gerando assim, despesas e receitas correspondentes, conforme preconiza as normas brasileiras de contabilidade e técnicas gerais NBC TG 07 (R2) – subvenção e assistência governamental.

	Em Reais	
	2021	2020
Recursos de Convênios em Execução	9.671,47	-
SICONV - Conv. nº 879365/18 [c/c B.B. 62.	6.256,50	415.554,26
SESA - Bloco D (BAN 28.416.626)	-	41,07
SESA - Equip. C.C. (BAN 34.008.904)	1.900.000,00	-
SEMSA - Custeio (BAN 34.230.748)	100.000,00	-
SICONV - Conv. Nº 836827/16 [c/c B.B. 57.	293.672,71	1.323.243,12
SESA - Equip. (BAN 30.109.185)	-	104.767,53
SICONV - Conv. nº 859654/17 [c/c CEF 453.	213.628,24	859.327,16
SICONV - Conv. nº 875995/2018 [c/c B.B. 6	21.909,71	709.021,95
Outros Convênios em execução	1.129,41	1.095,08
	2.546.268,04	3.413.050,17

15. Empréstimos e Financiamentos

São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos na estruturação da operação, quando aplicável. Subseqüentemente são apresentados acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido.

Modalidade	Encargo	Garantia	Vencimento final	Em Reais	
				2021	2020
Capital de Giro	100% do CDI + 6,54% a.a.	Cessão de Direitos Creditórios + Aval	20/11/2025	1.583.904,71	4.816.964,28
Empréstimo	100% do CDI + 4,34% a.a.	Cessão de Direitos Creditórios	15/09/2028	9.961.992,11	3.086.951,24
Total				11.545.896,82	7.903.915,52

16. Contingências

A Fundação é parte integrante de processos cíveis e trabalhistas. Embora não seja possível determinar o desfecho dessas questões, a administração registrou provisões para contingências, relacionadas com probabilidade de desfecho desfavorável em 31/12/2021.

As provisões constituídas quanto a tributos e contribuições previdenciárias e trabalhistas, assim como os livros e registros contábeis e auxiliares da entidade, estão sujeitos a revisão por parte das autoridades fiscais, por prazos prescricionais variados.

	Em Reais	
	2021	2020
Provisões para contingências trabalhistas	1.672.160,77	1.672.160,77
Provisão para contingências cíveis	550.000,00	550.000,00
	2.222.160,77	2.222.160,77

17. Patrimônio líquido

	Em Reais	
	2021	2020
Ajuste de exercício anteriores	395.366,47	839.815,62
Patrimônio social	3.043.149,27	3.043.149,27
Superávit do exercício	5.598.605,44	1.804.080,05
	9.037.121,18	5.687.044,94

- A. Ajuste de exercício anteriores - referente a procedimento de revisão dos registros contábeis do Ativo Circulante, Ativo não Circulante, Passivo Circulante e Passivo não Circulante, a Entidade identificou erros relativos a períodos anteriores que foram corrigidos, com o devido ajuste.
- B. Patrimônio social – representado pela dotação inicial integralizada pelos instituidores da fundação.
- C. Superávit - Superávit ou Déficit do Exercício, valor a ser incorporado ao patrimônio social, logo após a aprovação de contas da assembleia.

Nos termos da legislação tributária e previdenciária, os superávits devem ser aplicados integralmente na aquisição de bens do ativo imobilizado relacionados com suas operações sociais, sendo admitidas as aplicações financeiras desses recursos enquanto não realizadas essas aquisições.

18. Trabalho voluntário

Os itens 19 e 24 da ITG 2002(R1), determinam que o trabalho voluntário prestado à entidade, inclusive pelos membros que integram voluntariamente os órgãos da administração, no exercício das funções de gestão da Fundação, devem ser reconhecidos pelo valor justo da prestação do serviço, como se houvesse ocorrido o desembolso financeiro.

Entidade reconhece o trabalho dos referidos Conselhos como se o desembolso financeiro tivesse ocorrido, e uma respectiva doação, tendo-se então uma Receita e Despesa relativa aos trabalhos voluntários em mesmo montante. O mesmo tratamento é dado aos outros voluntários. Os valores são mensurados ao seu valor justo (valores de mercado). Para o ano de 2021, foi aplicado o índice de correção salarial previsto no acordo coletivo de trabalho.

	Em Reais	
	2021	2020
Trabalho voluntário	41.710,92	40.496,04

O valor justo foi apurado considerando-se o valor por hora de R\$ 98,80, multiplicado pela quantidade de horas dedicadas à Entidade. As apurações e registros ocorrem mensalmente.

Os valores mensurados e registrados não foram desembolsados financeiramente pela Entidade, sendo reconhecidos simultaneamente como Receita e Despesa, no Resultado de cada exercício, conforme determina a ITG 2002 (R1), sem efeitos no Superávit/Déficit do Exercício.

19. Nota Explicativa Impacto da COVID 19

A Administração da Fundação vem acompanhando os desdobramentos relacionados a pandemia da COVID-19, observando com a devida atenção as orientações das autoridades brasileiras e internacionais e adotando diversas medidas para preservação da saúde de seus clientes, colaboradores, fornecedores e parceiros. Na data de emissão destas demonstrações contábeis vislumbra os seguintes riscos:

- Revisão do plano de investimentos com recursos próprios no ano de 2021/2022, reduzindo ou até postergando os investimentos menos urgentes;
- Custos adicionais de limpeza, manutenção, insumos e medicamentos; e
- Negociação de leitos COVID com o governo do estado.

De uma forma mais ampla é desafiador determinar qual a extensão do impacto da COVID-19 nas receitas e despesas da Fundação. Pode-se citar como exemplo, perdas pelo aumento da inadimplência no que se refere a receita e valores pagos aos funcionários a título de Abono e benefícios por determinação da convenção coletiva.

20. Renúncia Fiscal

Em virtude de ser uma entidade sem fins lucrativos, a Fundação goza de imunidade quanto ao pagamento dos impostos federais, estaduais e municipais incidentes sobre seu patrimônio, renda ou serviços, nos termos do Art. 150 da Constituição Federal, art. 9º do Código Tributário Nacional e arts. 181 do Decreto nº9.580/2018 – Regulamento do Imposto de Renda. Tal imunidade também alcança a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social e da contribuição patronal ao Instituto Nacional do Seguro Social de que tratam os Arts. 22 e 23 da Lei nº 8.212/1991. Em relação ao PIS, a Fundação está isenta ao seu pagamento sobre a folha de salários. Atendendo a disposição do item 27 (c) da ITG 2002(R1), são divulgados abaixo a relação dos tributos que foram objeto de renúncia fiscal:

	Em Reais	
	2021	2020
Contribuição patronal ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS	2.227.905,38	2.172.925,11
Imposto Sobre Serviços - ISS	2.774.807,86	2.459.143,60
Programa de Integração Social - PIS	360.725,02	319.688,67
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	1.664.884,71	1.475.486,16
	<u>7.028.322,97</u>	<u>6.427.243,53</u>

A Entidade evidenciou doações recebidas de pessoas físicas e jurídicas no valor de R\$ 3.937.198,29 em 2021 (R\$ 2.171.182,58 em 2020), com a captação estatal e federal o valor recebido foi de R\$ R\$ 4.617.756,26 em 2021 (R\$ 8.973.655,69 em 2020), do reconhecimento das receitas de subvenções realizadas no exercício para investimentos.

O total do benefício encontra-se aplicado integralmente na manutenção das internações SUS, ambulatório SUS, educação continuada para funcionários e outras operações sociais do Hospital.

A Instituição atendeu ao SUS - Sistema Único de Saúde acima de 60% de sua capacidade instalada, cumprindo o disposto na Lei nº 12.101/09, lei complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021 e no Decreto nº 7.237/10. O critério utilizado para a mensuração dos custos com gratuidade considera a prestação de serviços em que o beneficiário não é obrigado a nenhuma contraprestação para fazer jus aos mesmos, considerando a valoração dos procedimentos realizados com base nas tabelas de pagamentos do SUS, cujo montante em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 34.627.635,48 (R\$ 28.279.847,38 em 2020).

21. Benefícios a Empregados

De acordo com a Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 1000 (R1), Seção 28 – Benefícios a Empregados, benefícios a empregados são todas as formas de compensação proporcionadas pela Entidade em troca de serviços prestados pelos seus empregados ou pela rescisão do contrato de trabalho. Dentre outros, tais benefícios incluem ordenados, salários e contribuições para a seguridade social, licença anual remunerada e licença médica remunerada. O número de empregados da Entidade existente em 31 de dezembro e respectivos benefícios no exercício foram os seguintes:

	Em Reais	
	2021	2020
Número de Empregados	408	337
Salários e Ordenados	11.139.526,88	10.864.625,56
Vale Transporte	150.122,31	197.569,03
Seguro Vida	11.389,60	10.588,00
Plano de Saúde	350.382,29	333.870,82
Plano Odontológico	41.110,96	46.010,08
	<u>11.692.532,04</u>	<u>11.452.663,49</u>

22. Superávit/Déficit do exercício

A Fundação Hospital Maternidade São Camilo, reconhece em suas receitas, os recursos provenientes de doações e emendas parlamentares que não são para custeio das atividades e sim para investimentos. O superávit do exercício 2021, apresentando na demonstrado de resultado que é do valor de R\$ 3.794.525,39, é impactando por esse procedimento contábil.

Com base nas orientações de nossos Auditores Externos, nova metodologia de controle e demonstração desses recursos será adotada na contabilidade em 2022. Abaixo segue as descrições das contas e valores que impactarão o resultado apresentando:

(+)	Superávit apurado (DRE)	3.794.525,30
(-)	Doações P.J Assc. Vidas (Obras)	3.937.198,29
(-)	Recurso SESA (Obras)	1.833.000,00
(-)	SICONV (Equipamentos)	2.784.756,26
(=)	Déficit acumulado	(4.760.429,25)

Então desconsiderando os recursos provenientes de doações e emendas parlamentares para investimento, a Fundação Hospital Maternidade São Camilo apresenta um déficit acumulado de R\$ 4.760.429,25, conforme demonstrado na tabela acima.

23. Resultados Sociais

Conforme requisitos dispostos na Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009 e lei complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021, que dispõe sobre a certificação das Entidades beneficentes de assistência social, a Entidade ofereceu a prestação de seus serviços ao SUS - Sistema Único de Saúde em números a seguir:


DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	CONVÊNIO	2021	2020
SERVIÇOS DE INTERNAÇÃO	SUS	4.634	4.152
	CONVÊNIOS	1.633	1.274
	PARTICULAR	153	126
	TOTAL	6.420	5.552
SERVIÇOS AMBULATORIAIS	SUS	14.878	13.906
	CONVÊNIOS	35.109	27.883
	PARTICULAR	829	742
	TOTAL	50.816	42.531

24. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da Entidade e membros próximos da família de tais pessoas.

Eventuais serviços prestados pela Entidade a tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das suas atividades, caracterizando-se basicamente por consultas, exames, internações nas mesmas condições de atendimento ao público em geral.

Aracruz (ES), 31 de dezembro de 2021.



FUNDAÇÃO HOSPITAL MATERNIDADE SÃO CAMILO

WELLINGTON LOZER GIACOMINI
CPF: 079.327.557-19
SUPERINTENDENTE EXECUTIVO



FUNDAÇÃO HOSPITAL MATERNIDADE SÃO CAMILO

Contabilista: FRANCISCO PEREIRA BATISTA
CPF: 094.548.817-36
CRC: ES-022978/O-9